

A GUERRA É FILHA ÚNICA

MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO

RESUMO

Este artigo, de modo geral, contrapõe-se à corrente de pensamento que advoga que a guerra moderna teria adquirido uma nova natureza, distinta das tradicionalmente conhecidas. Esta corrente de pensamento apresenta novas teorias para explicar a guerra atual. Negam a validade atual do pensamento de Clausewitz. Mas, especificamente, o artigo foca a teoria da guerra de quarta geração. A teoria defende a ideia de que a guerra moderna evoluiu em gerações, sendo a última, os conflitos insurrecionais da atualidade. O texto sustenta que a guerra é uma só, imutável em sua natureza fundamental. Inicialmente, é feito um resumo das ideias de Clausewitz acerca da natureza da guerra. A seguir, são apresentados os principais aspectos da teoria da guerra de quarta geração em suas várias versões. A partir daí, o artigo faz a crítica da teoria, primeiramente focando as três primeiras gerações, lançando luz sobre o equivocado embasamento histórico da teoria. Por último é analisada a quarta geração, cujas ideias são as mais prejudiciais ao desenvolvimento do pensamento militar brasileiro, caso sejam aceitas sem a necessária avaliação crítica. O artigo busca demonstrar o caráter meramente opinativo e carente fundamentação adequada daquilo que seus autores pretendem transformar numa doutrina de guerra de quarta geração.

Palavras-chave: Guerra de quarta geração. Doutrina. História militar.

I. INTRODUÇÃO

Cabe, de imediato, explicar esse título curioso. Ele encerra em si a ideia deste artigo que, de modo geral, contrapõe-se à corrente de pensamento que advoga que a guerra moderna teria adquirido uma nova natureza, distinta das tradicionalmente conhecidas. Esta corrente de pensamento, proposta por alguns estudiosos¹, apresenta, segundo cada um deles, novas teorias para explicar a guerra atual. Negam a validade atual do pensamento de Clausewitz, que teria caducado diante do advento da nova natureza da guerra.

Mas, especificamente, este artigo foca a teoria da guerra de quarta geração. Essa teoria surgiu em 1989 e foi renovada frequentemente desde então. Defende a ideia de que a guerra moderna evoluiu em gerações, sendo a última, os conflitos insurrecionais da atualidade. Esta teoria ganhou prestígio entre oficiais do Exército Brasileiro e vem, já há algum tempo, moldando mentes e formando algumas convicções, o que não é conveniente, em razão de suas evidentes falhas.

Para defender a ideia de que a guerra é uma só, imutável em sua natureza fundamental, far-se-á inicialmente um resumo das ideias de Clausewitz acerca da natureza da guerra. A seguir, serão apresentados os

principais aspectos da teoria da guerra de quarta geração em suas várias versões. A partir daí, o artigo fará a crítica da teoria. Primeiramente serão focadas as três primeiras gerações e por último a quarta, cujas ideias são as mais prejudiciais ao desenvolvimento do pensamento militar brasileiro, caso sejam aceitas sem a necessária avaliação crítica.

2. A GUERRA SEGUNDO CLAUSEWITZ

Clausewitz é o mais renomado dos teóricos da guerra. O seu livro “Da Guerra”, mais citado do que realmente lido ou estudado, resultou de reflexões conduzidas nos doze anos finais de sua vida. Estas reflexões frutificaram a partir do seu sólido conhecimento da história militar, mas também de sua experiência prática, adquirida ao longo das guerras napoleônicas, embora jamais tenha exercido um comando operacional.

Sua obra máxima ficou inacabada, tendo sido publicada postumamente por sua esposa em 1832. Dos oito livros que a compõem, somente o primeiro foi revisado pelo autor e, mesmo assim, só o primeiro capítulo foi considerado completo². Em virtude disso, “Da Guerra” apresenta algumas contradições, que podem confundir um leitor menos atento. Para lançar luz sobre essas contradições, é necessário reconhecer os aspectos essenciais da guerra, expostos no primeiro livro e que traduzem o espírito mais amplo da obra.

Além de historiador e general, outra característica de Clausewitz era a sua inclinação à reflexão filosófica, que deixou impressão marcante em sua obra. Clausewitz explora os limites filosóficos da guerra como fenômeno em si mesmo, isolado de qualquer outra influência além de suas forças intrínsecas, ou seja, busca vislumbrar, em sentido platônico, a noção da guerra ideal, que ele denomina absoluta. A partir desta argumentação abstrata, Clausewitz analisa como as forças da realidade intervêm, neutralizando os mecanismos de ascensão aos extremos e impedindo as guerras reais de tornarem-se absolutas.

Este método dialético de análise é outra possível causa de confusão entre os leitores de “Da Guerra”. De acordo com Bart Schuurman, a falha em distinguir as guerras reais da abstração da guerra absoluta levou Liddell Hart a acusar Clausewitz de advogar a guerra ilimitada e

1. Van Creveld, Mary Kaldor, Rupert Smith e outros

2. FULLER, J.F.C. – A Conduta da Guerra, p. 62.

3. SCHUURMAN, Bart – Clausewitz and the “New Wars” Scholars. As próximas alusões a Schuurman referem-se a esta mesma obra.

4. CLAUSEWITZ, op cit, p. 33 (Livro I Cap. 1.6)

a responsabilizá-lo pela carnificina da I Guerra Mundial. Crítica semelhante foi dirigida a John Keegan³.

Feitas essas observações iniciais, cabe apresentar os aspectos essenciais do pensamento de Clausewitz, sobre a natureza da guerra. A guerra é comparada essencialmente a um duelo em larga escala. A partir daí, Clausewitz a define como um ato de violência destinado a forçar o oponente a cumprir a nossa vontade. O emprego violento do poder físico constitui os meios da guerra, ao passo que a submissão compulsória do adversário, o seu objetivo último. Para tanto, há a necessidade, ao menos em teoria, de desarmar o inimigo, e o desarmamento torna-se o objetivo imediato das hostilidades.

Em termos puramente filosóficos, Clausewitz afirma que seria absurdo introduzir um princípio de moderação na guerra, já que, “raciocinando assim no abstrato, a mente não pode parar aquém de um extremo, pois tem de contender com forças entregues a si próprias que não obedecem a outra lei que não a sua”⁴. A partir deste raciocínio, ele elabora as três regras de ação recíproca que levam a guerra a ascender aos extremos. Sendo um ato de violência, o lado que limitar o emprego da violência terá desvantagem diante de outro que a exerça ilimitadamente, o que leva o primeiro a agir da mesma maneira, criando-se assim a primeira ação recíproca. Enquanto um lado não estiver vencido, ele pode derrotar e impor sua vontade ao outro, risco que faz ambos intensificarem a busca pela vitória, o que leva a outra ação recíproca e à segunda ascensão ao extremo. Para derrotar o inimigo, é necessário o emprego de poder, a soma dos meios físicos e da vontade, superior à resistência, mas o adversário busca a mesma coisa, o que gera a terceira ação recíproca e outra ascensão ao extremo⁵.

“Mas tudo toma forma diferente quando passamos das abstrações para a realidade”⁶. Clausewitz chega a essa conclusão após estabelecer as condições necessárias para que as três ações recíprocas ocorram. Após verificar que tais condições são incompatíveis com a realidade, ele afirma que as probabilidades da vida real substituem as noções do extremo e do absoluto⁷. Christopher Bassford interpreta essa afirmação ao dizer que a guerra real é limitada pelos contextos político e

social, pela natureza humana e pelas restrições impostas pelo espaço e pelo tempo⁸.

O mais conhecido aforismo de Clausewitz – a guerra como continuação da política por outros meios – advém do reconhecimento de que as guerras reais distinguem-se da guerra absoluta. O conceito de guerra absoluta e a guerra como instrumento da política não se interconectam, pelo contrário, devem ser vistos como opostos⁹.

É conhecida a ideia de Clausewitz de que a vitória deve ser alcançada por meio da destruição do inimigo em uma batalha decisiva. Essa posição lhe atraiu, após os dois conflitos mundiais, a crítica de ser proponente da escalada sangüinária e destrutiva na condução da guerra.

Essa crítica é injustificada. Apesar de julgar que “a destruição da força armada do inimigo parece sempre ser o meio superior e mais efetivo, ao qual todos os outros têm de ceder”¹⁰, ele de modo algum considera esta opção como a única maneira de conduzir a guerra. Após afirmar que a guerra varia de acordo com suas motivações e circunstâncias, Clausewitz adverte que avaliar adequadamente o tipo de guerra em que estão se metendo é o maior e o mais decisivo ato de julgamento do estadista e do general, a fim de “não tomá-la por algo, ou desejar torná-la em algo que, pela natureza de suas relações, lhe é impossível ser”¹¹. Ele considera que a destruição do inimigo, inevitável na visão abstrata da guerra, nem sempre se faz necessária na realidade¹². Os métodos usados para atingir um determinado objetivo político dependem da própria natureza do objetivo, o que faz a guerra variar amplamente em escala, intensidade e duração. “A guerra não é um ato de paixão cega, pois é dominada pelo objetivo político, portanto o valor deste objetivo determina a medida dos sacrifícios pelos quais ele será alcançado”¹³, em consequência, “a guerra pode ser uma coisa que umas vezes é guerra em maior grau, outras em menor”¹⁴.

“Todas as guerras são coisas da mesma natureza”¹⁵, mas, em aparente contradição, Clausewitz afirma que as guerras possuem uma natureza objetiva e uma natureza subjetiva. Colin Gray percebe essa distinção entre as naturezas como sendo a primeira permanente

5. *Ibidem*, p. 31 a 33 (Livro I Cap 1.3,4,5)

6. *Ibidem*, p. 33 (Livro I Cap 1.6)

7. *Ibidem*, p. 36 (Livro I Cap 1.10)

8. BASSFORD, Christopher. *Clausewitz and the Nature of War*. As próximas alusões a Bassford referem-se a esta mesma obra.

9. Andreas Herberg-Rothe, citado em Schuurman

10. CLAUSEWITZ, op cit, p. 59 (Livro I Cap 2)

11. *Ibidem*, p. 48 (Livro I Cap 1.27)

12. *Ibidem*, p. 51 (Livro I Cap 2)

13. *Ibidem*, p. 51 (Livro I Cap 2)

14. *Ibidem*, p. 271 (Livro VIII Cap 2)

15. *Ibidem*, p. 301 (Livro VIII Cap 6B)

16. GRAY, Colin. *How War Changed Since The End Of The Cold War?*

17. CLAUSEWITZ, op cit, p. 43 (Livro I Cap 1.21)

18. *Ibidem*, p. 48 (Livro I Cap 1.28)

19. *Ibidem*, p. 49 (Livro I Cap 1.28)

e a segunda sujeita a frequentes mudanças¹⁶. A natureza subjetiva caracteriza-se pelas condições sob as quais a guerra é conduzida¹⁷, ou seja, seu contexto geral, seus objetivos, as forças, os meios e os métodos nela empregados.

A relação entre as duas naturezas é explicitada em outro famoso trecho, no qual Clausewitz afirma que a guerra é mais do que um camaleão que adapta superficialmente suas características a cada caso. Como fenômeno total, suas tendências dominantes sempre tornam a guerra uma paradoxal trindade composta pela violência primordial, ódio e animosidade; pelo jogo das probabilidades e pelo acaso; e por um propósito racional, como instrumento da política¹⁸.

Clausewitz compara essas tendências a diferentes códigos de lei, intrinsecamente ligados à natureza fundamental da guerra, mas variáveis em sua relação uns com os outros. Segundo ele, uma teoria que ignore qualquer um deles, ou busque fixar uma relação arbitrária para eles seria contrária à realidade¹⁹.

Esta trindade constitui o cerne da natureza objetiva e imutável da guerra, válida no presente, no passado, no futuro e em guerras de qualquer tipo. Por outro lado, conforme Bassford, Clausewitz quer dizer que a guerra, em sua natureza subjetiva, não está apenas sujeita a mudanças superficiais, mas, ao contrário de um camaleão, assume formas muito diferentes sob o influxo dessas três forças.

Fica claro que a guerra nunca é determinada por uma destas tendências apenas – a violência, a probabilidade do acaso ou o propósito racional – mas pela interação delas. Esta interação sofre inevitável mudança em virtude da variação imprevisível da preponderância relativa das tendências entre si. Como se a guerra fosse um objeto que flutuasse entre três imãs, cujas forças de atração variam de intensidade, sem jamais serem nulas. Isso explica as diferentes formas assumidas pela guerra, bem como a imprevisibilidade dessas transformações.

Para Schuurman, é improcedente a crítica de John Keegan de que muitas guerras atuais seriam manifestações irracionais de emoção violenta, alimentadas por paixões e rancor. Essas manifestações não ocorrem fora da concepção de guerra de Clausewitz, mas simplesmente refletem um “alinhamento da trindade que enfatiza o seu aspecto violento”.

Clausewitz explica que as tendências da trindade correspondem genericamente a três instituições: a primeira tendência corresponde mais ao povo; a segunda, mais ao general e seu exército e a terceira, mais ao governo²⁰. Essa correspondência, ou essa segunda trindade como se costuma dizer, acarretou críticas recentes da parte

de alguns estudiosos. Ao considerarem que exército e governo são instituições do Estado, eles concluíram que a teoria de Clausewitz aplicava-se exclusivamente a guerras entre Estados, portanto não seria mais relevante, já que as guerras da atualidade não têm envolvido o confronto interestatal. As guerras atuais seriam não trinitárias.

Ignorando as tendências originais, as únicas que Clausewitz chamou de trindade, bem como o advérbio “mais”, estes críticos interpretaram de forma restrita a ideia, reduzindo-lhe equivocadamente o escopo. Antulio Echevarria adverte que o próprio Clausewitz notou que cada uma destas instituições adotou várias formas ao longo do tempo, sendo errado, portanto, interpretá-las apenas em termos das três formas explicitadas. Echevarria prossegue dizendo que “o termo governo, conforme Clausewitz o utiliza, significa qualquer grupo dirigente, qualquer aglomeração de forças frouxamente associadas, ou qualquer inteligência personificada”²¹. Do mesmo modo, exército significa qualquer força ou grupo armado dirigido pelo citado “governo”, ao passo que povo, qualquer base populacional que sustente, mesmo que parcialmente, o “governo” e o “exército”.

“Tudo é muito simples na guerra, mas a mais simples das coisas é difícil”²². Com essa frase, Clausewitz caracteriza de modo geral mais um de seus conceitos básicos, a fricção, que é o resultado do acúmulo de todas essas dificuldades. Na guerra, sob a influência de uma infinidade de circunstâncias, às vezes insignificantes, os resultados revelam-se desapontadores e fazem com que o desempenho das forças fique aquém do esperado.

A fricção, segundo seu autor, é o único conceito cuja aplicação, de modo geral, faz a guerra real diferenciar-se da guerra no papel. O perigo inerente à guerra, o esforço físico que ela requer e as ocorrências imponderáveis do acaso aumentam a fricção, que ocorre imprevisivelmente em qualquer lugar e situação.

Devido aos efeitos da fricção, Clausewitz compara a atividade na guerra com o movimento em um meio denso. “Como um homem dentro d’água é incapaz de realizar com facilidade o mais natural e simples dos movimentos – o andar – na guerra, com forças normais, não se pode mesmo manter o nível da mediocridade”²³. Finalizando, para Clausewitz a guerra é o domínio do perigo, do esforço físico, do sofrimento, da incerteza e do acaso. Estes elementos, a trindade paradoxal, a fricção e a prevalência das forças morais compõem a natureza imutável da guerra.

3. A TEORIA DA GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO

A Teoria da Guerra de 4ª Geração (TG4G)

20. CLAUSEWITZ. op cit p. 48 (Livro I Cap I.28)

21. ECHEVARRIA, Antulio. Fourth-Generation War and Other Myths. As próximas alusões a Echevarria referem-se a esta mesma obra.

22. CLAUSEWITZ. Op cit, p. 86 (Livro I Cap 7)

23. ibidem, p. 87 (Livro I Cap 7)

24. Cel Keith Nightengale, Cap John F. Schmitt, Cel Joseph W. Sutton e Ten Cel Gary I. Wilson

surgiu primeiramente em 1989 num artigo intitulado “The Changing Face of War: Into the Fourth Generation” de autoria de William Lind, secundado por quatro militares²⁴. Neste artigo, eminentemente opinativo, os autores especularam livremente sobre as características que uma futura 4ª geração da guerra viria a ter e lançaram as bases da teoria que, por intermédio de outros artigos, foi sendo modificada, moldada e adaptada aos eventos à medida que estes ocorriam.

De modo geral, os autores destes artigos, particularmente William Lind, demonstram ser pouco criteriosos na elaboração de suas ideias. Eles as lançam ao leitor sem explicá-las convenientemente e, muitas vezes, sem dar às suas afirmações qualquer fundamentação. Leitores pouco atentos, ou ávidos por novidades, os têm considerado como arautos da guerra moderna e futura. Outros, mais meticolosos e exigentes quanto ao rigor das ideias, desconfiam da teoria ou a rejeitam inteiramente.

Apesar disso, a TG4G angariou considerável popularidade entre os oficiais do Exército Brasileiro. Talvez por lhe atribuírem erroneamente a chancela de pensamento desenvolvido pelas forças armadas ou pelo meio acadêmico dos EUA. Embora tenha tido alguma repercussão lá após a expansão do terrorismo mundial e da guerra no Iraque, a teoria foi logo analisada por pensadores civis e militares que lhe apontaram os defeitos e a fizeram ser rejeitada pelas forças armadas dos EUA. Segundo Echevarria, “a teoria possui vários defeitos fundamentais que precisam ser expostos antes que possam causar danos ao pensamento estratégico e operacional dos EUA”.

Embora essa teoria já tenha sido analisada e criticada em tese de doutorado da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, esta tese não teve a divulgação necessária para difundir as falhas da teoria²⁵.

A TG4G advoga que a guerra moderna surgiu após o Tratado de Westphalia, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos em 1648. Após este Tratado, os Estados teriam assumido o monopólio da guerra, que antes seria feita por uma série de entidades não estatais, como famílias, tribos, religiões, cidades, etc. A teoria prega, de modo geral, que as mudanças de geração seriam motivadas por novas tecnologias ou por novas ideias. Sustenta também que haveria, de geração em geração, o crescimento constante da desordem no campo de batalha, o que entraria em contraposição com a cultura da ordem dos exércitos tradicionais.

A guerra de 1ª geração (G1G) refletiria as táticas do mosquete de alma lisa e basear-se-ia no emprego tático de linhas e colunas e do poder humano dos efetivos emassados. Haveria coerência entre a cultura militar da ordem e o aspecto ordenado do campo de batalha.

A G2G teria sido a resposta aos exércitos de massa, ao fuzil raiado, ao carregamento pela culatra, às metralhadoras e ao fogo indireto. As táticas teriam base no fogo e movimento, mas permaneceriam eminentemente lineares, embora com maior dispersão. O poder de fogo teria substituído o poder humano. O principal motivador da evolução da nova geração teria sido a tecnologia, embora as ideias tivessem algum efeito. Numa definição posterior, a G2G teria sido desenvolvida pelos franceses durante a I Guerra Mundial e pregaria a guerra de atrito e a sincronização das ações, nas quais a cultura da ordem teria sido preservada.

A G3G teria sido desenvolvida pelos alemães também na I Guerra Mundial e teria o foco na manobra. Seu modelo seria a blitzkrieg. Basear-se-ia não mais no poder de fogo e no atrito, mas na velocidade, na surpresa e no desequilíbrio físico e mental do inimigo. O ataque privilegiaria a infiltração, a fim de ultrapassar e desorganizar o inimigo, em vez de cerrar sobre ele para destruí-lo. A G3G seria não linear e visaria atingir a retaguarda do inimigo a fim de provocar seu colapso. Teria ocorrido o rompimento da cultura da ordem, particularmente por parte das forças armadas alemãs. A G3G teria sido motivada por ideias, basicamente a não linearidade.

A G4G é mais complicada de resumir em poucas linhas. Não é um conceito porque não possui uma definição minimamente precisa. É apresentada na forma de uma série de características que se modificaram na medida em que a teoria foi reinterpretada à luz de fatos novos. Em virtude disso, convém apresentar suas principais características cronologicamente, conforme os quatro artigos principais que conformaram a teoria.

1ª Versão – “The Changing Face of War: Into the Fourth Generation” (1989)

Segundo o artigo, meramente especulativo, a condução da G4G seria largamente dispersa e indefinida. A distinção entre guerra e paz seria reduzida a ponto de praticamente desaparecer. Haveria não linearidade e a inexistência de campos de batalha e frentes definidas.

O objetivo seria provocar o colapso interno do inimigo mais do que destruí-lo fisicamente. As ações seriam conduzidas por grupos pequenos e ágeis de combatentes, cujo emprego seria flexível, baseado nas intenções do comandante.

Haveria maior ênfase na manobra. Grandes efetivos e poder de fogo não constituiriam mais o fator preponderante.

A G4G seria motivada tanto por tecnologia quanto por ideias. Em termos de tecnologia, foi imaginado o uso de armas de energia direta e do poder da supercondutividade. A motivação por ideias adviria da adoção de nova sistemática de ação, que se assemelharia

25. Maj Marcelo Lorenzini Zucco. A Guerra de 4ª Geração, Conceito Válido Ou Somente Uma Nova Roupagem Para Guerras Que Já Conhecemos? ECEME. Rio de Janeiro 2010.

26. HAMMES, Thomas X.

27. LIND, William; Maj John F. Schmitt e Cel Gary I. Wilson

28. Van Creveld. The Transformation of War, 1991

às características das ações terroristas, mas o terrorismo não seria a G4G.

A G4G era imaginada num contexto geral de guerra entre Estados.

2ª Versão – “The Evolution of War: the Fourth Generation” (1994)²⁶

A G4G é vista como uma forma aprimorada de insurgência que se valeria das múltiplas redes de comunicação global para atingir seus objetivos. A derrota do inimigo seria obtida por intermédio de ações políticas e não pela superioridade militar.

As gerações precedentes permanecem, mas a origem da G4G é creditada a Mao Tse Tung e à revolução comunista na China. Na G4G a luta seria travada em amplo espectro, nas expressões política, econômica, social e militar.

3ª Versão – “Fourth Generation Warfare: Another Look” (1994)²⁷

Influenciados por Van Creveld²⁸, Lind e seus co-autores afirmaram que “continuam a acreditar que o conflito não trinitário e cultural, exterior à estrutura do estado-nação, será a forma dominante de guerra”, embora não tenham afirmado nada disso no artigo anterior. Os estados teriam perdido o monopólio da guerra.

Foi abandonada a noção de G4G motivada por tecnologia em proveito exclusivo da motivação por ideias, ligando esta diretamente ao terrorismo, ao contrário do dito antes.

A G4G, não trinitária, semelhante às travadas antes do Tratado de Westphalia, seriam travadas por atores não estatais.

Os conflitos de baixa intensidade substituiriam as guerras interestatais.

4ª Versão – “Understanding Fourth Generation War” (2004)

William Lind, sem co-autoria, faz nova releitura da TG4G em virtude dos então recentes conflitos no Afeganistão e no Iraque. As características das três primeiras gerações são reenfáticas, mas as da G4G são novamente modificadas.

Aspectos-chave para o sucesso na G4G seria a integração, máxima possível, das tropas com o público local e a ideia de “perder para vencer”. De acordo com Lind, os EUA seriam o lado fraco na G4G e a insurgência, o forte. Outro aspecto-chave, relacionado com o “perder para vencer”, seria o “não querer lutar”.

Em contradição às suas ideias anteriormente veiculadas, muitas das táticas utilizadas pela G4G seriam táticas-padrão de guerrilha.

Numa 5ª versão, de 2009, abordada adiante, Lind, surdo às várias e pertinentes críticas à sua teoria e à frente do que ele chamou de seminário da G4G, propõe oficialmente um manual da G4G ao Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA.

4. CRÍTICA ÀS TRÊS PRIMEIRAS GERAÇÕES

Pode-se iniciar esta análise crítica enfatizando que a TG4G negligencia mais de dois mil anos de história militar e interpreta mal os quatrocentos por ela abordados. O testemunho da História revela que o Estado nunca teve o monopólio da guerra, nem após o Tratado de Westphalia, nem antes, a despeito do que julga Van Creveld e seu discípulo William Lind. Depois de abordar o teor do tratado, Echevarria afirma que o que ele certamente “não fez foi atribuir aos estados o monopólio, legal ou de qualquer outro tipo, da realização da guerra”.

Como conciliar a nossa nativista Insurreição Pernambucana contra as tropas de uma empresa comercial, a Companhia das Índias Ocidentais, com o monopólio estatal das guerras? Como explicar as insurreições coloniais que redundaram na independência dos Estados Unidos e das colônias espanholas na América? E a rebelião de escravos que levou à independência do Haiti em 1804? Sem falar das diversas guerras índias, das quais podemos destacar a nossa Guerra Guarânica, e de vários outros exemplos.

Um simples passar de olhos no índice do volumoso trabalho de Robert Asprey, “War in the Shadows: The Guerrilla in History”, basta para nos mostrar que as guerrilhas, ou a luta irregular, por sua própria característica exterior à ação estatal, têm sido uma constante histórica desde a Antiguidade.

Por outro lado, como considerar que a Guerra dos Cem Anos, travada entre dois estados feudais, possa ser entendida simplesmente como uma guerra entre duas famílias reinantes, como faz crer Van Creveld? E a quase milenar luta de vida e morte entre o Império Otomano em ascensão e o Bizantino em decadência como meramente um conflito entre religiões?

Pode-se concluir com convicção que os Estados, em suas diversas conformações através dos tempos, nunca deixaram de sofrer e de praticar a guerra, mas, tampouco, tiveram o monopólio delas.

Antes de iniciar propriamente a análise das três gerações, convém analisar as afirmações de que a mudança de geração seria acompanhada pelo aumento da desordem no campo de batalha, o que entraria em choque com a cultura da ordem, cultivada pelos exércitos tradicionais.

Lind não explica exatamente o que ele entende por aumento da desordem no campo de batalha. No artigo de 1989, ele sustenta que a cultura da ordem seria um produto da G1G e que seria materializada em postos, uniformes, continências, manobras, exercícios etc. Suas afirmações são confusas e contraditórias. No artigo de 2004, ele alega, sem explicar, que as forças armadas alemãs da G3G teriam rompido com a cultura da ordem,

29. LIND. The Changing Face of War

no entanto, elas possuíam postos, vistosos uniformes e todo o resto. Ele afirma também que os terroristas teriam eliminado a cultura da ordem, acrescentando logo a seguir: “terroristas não têm uniforme, exercícios, continência ou, de modo geral, postos”²⁹.

Essa visão acerca da “cultura da ordem” é tosca e simplória. Os aspectos citados por Lind são simplesmente reflexos periféricos da ordem, não a ordem em si. A verdadeira contradição, ao contrário do que ele imagina, não se traduz por uma suposta desordem crescente que se choca com uma passiva, esclerosada e renitente cultura da ordem. A contradição se dá pela interação de duas tendências perenes da guerra: a busca da ordem pelas forças combatentes e a desordem inerente ao campo da batalha.

A busca da ordem entende-se pela necessidade de os exércitos planejarem, coordenarem e sincronizarem suas ações em direção a um objetivo a ser alcançado. Sua origem remonta à Antiguidade, aos primeiros exércitos organizados que criaram as regras da hierarquia e da disciplina militares. A Bíblia já nos fala de comandantes de cem e comandantes de mil. Posteriormente, a busca da ordem contou com o apoio do desenvolvimento de doutrinas militares que, já na época da Roma antiga, havia alcançado significativa sofisticação³⁰.

A busca da ordem é uma ação reciprocamente destrutiva. As “ordens” buscadas simultaneamente por dois exércitos confrontantes se chocam e se enfraquecem até que, pelo menos, uma delas se desordene. A fricção da guerra soma-se ao desordenamento provocado por “ordens” conflitantes, o que torna a desordem uma tendência inerente ao campo de batalha.

Contrariamente ao que Lind acredita, uma ação terrorista, como o ataque às Torres Gêmeas, não prescinde da ordem. O ataque certamente foi precedido de meticoloso planejamento, intenso treinamento do pessoal, precisa sincronização de ações e efetivo comando e controle, tudo resultado de evidente busca da ordem. A despeito disso, a desordem não deixou de apresentar-se, na forma do quarto avião que caiu em virtude da reação inesperada dos passageiros.

Criticando a cultura da ordem, Lind afirma que “um punhado de bôeres derrotou dois batalhões ingleses que lutavam como se estivessem numa parada”³¹. Este exemplo não tem nada a ver com ordem, e sim com

tática, ou doutrina, inadequada. No entanto, por meio dele, podemos ter ideia do que Lind julga ser a cultura da ordem. Ele parece ligá-la aos efetivos emassados ou que apresentem um dispositivo que denote uma formação.

Faz-se então necessário salientar outra tendência permanente dos campos de batalha, percebida por Ardant du Picq. Apesar de a arte da guerra sofrer transformações ao longo do tempo, ele afirma que o ser humano não muda e que “combater de longe é natural para o homem”³².

Pode-se reconhecer esta tendência desde os tempos antigos, por meio das longas lanças macedônicas, pelas armas de arremesso e pelo arco inglês que aniquilou a cavalaria pesada francesa no período medieval. Mas foi somente com o advento das armas de fogo que esta tendência provocou mudanças sensíveis na batalha. Somente com o aperfeiçoamento do mosquete é que o engajamento entre duas tropas pôde se dar à distância, pelo fogo, tornando inicialmente raro o choque físico e depois praticamente erradicando-o dos campos de batalha. Na realidade, pode-se admitir que o aprimoramento tecnológico das armas de fogo visa tão somente a engajar eficazmente e a manter o inimigo o mais longe possível. “O homem no combate moderno, que mantém a grande distância os combatentes, chega a ter horror dos homens”, afirmou du Picq³³.

O maior poder, alcance e cadência de tiro das armas de fogo tornou impraticável o combate em ordem cerrada, eficaz nos tempos dos mosquetes de alma lisa, de baixa cadência e reduzida precisão. Ardant du Picq dá uma explicação objetiva para o fato de os homens dos séculos XVII e XVIII serem capazes de manter-se mais tempo sob o fogo: “o homem só pode suportar uma certa quantidade de terror. Hoje, é preciso engolir em cinco minutos o que sob Turenne³⁴ demandava uma hora”³⁵. Essa nova realidade forçou as tropas a combater em ordem crescentemente dispersa, mas, ainda assim, em ordem. Ao focar-se exclusivamente no adjetivo, Lind se esquece do substantivo, vendo desordem na dispersão, quando na realidade há ordem dispersa.

Conforme a TG4G, as três primeiras gerações podem ser sintetizadas respectivamente em geração do poder da massa humana, geração do poder de fogo e geração da manobra.

O poder da massa humana só tem sentido

30. As tropas romanas já possuíam uniformização e rígida hierarquia e eram pródigas no uso de símbolos e insígnias.

31. LIND. op cit

32. DU PICQ, Ardant. Estudos Sobre o Combate, p. 113.

33. Ibidem, pag 124

34. Henri de la Tour d’Auvergne, Visconde de Turenne, general francês (1611 - 1675)

35. DU PICQ, Ardant. op cit, p 115

36. Ibidem, p. 114

37. Ibidem, p. 140. O fato de as batalhas antigas basearem-se no choque físico não significa que os soldados da época fossem mais corajosos. A arma de fogo exige o emprego dos dois braços, o que impede o uso de armamento defensivo, como os escudos. Este fato gerava nos soldados da idade moderna a expectativa do engajamento à distância, daí o desequilíbrio emocional face à eminência de um choque físico.

38. O emassamento humano era necessário para dar ao fogo maior densidade e constância na cadência de tiro.

se concretizar-se pelo choque físico. Ardant du Picq, experimentado em três guerras, morto numa quarta e vivendo numa época em que as lembranças das campanhas napoleônicas ainda estavam bem vivas, caracteriza o choque físico como algo infinitamente raro. Sabedor de que “a guerra, sempre, enquanto for guerra e nela se arriscar a pele, será essencialmente questão de instinto”³⁶, ele nos atesta que “nenhum inimigo o espera chegar se você for resoluto; e jamais, jamais duas resoluções iguais se encontram face a face [...] vá adiante, e você os apavorará tanto que eles fugirão [...] que a baioneta esteja calada, ou na batinha, não importa”³⁷. Diante deste fato, é equivocado considerar o poder das massas humanas como característica da G1G, pelo menos a partir do último quartel do século XVII, quando as infantarias passaram a ser armadas exclusivamente com mosquetes. O poder de fogo é que realmente caracterizou o período da G1G,³⁸ bem como todos os que se seguiram até hoje. Sendo ainda mais abrangente, o poder das armas é que caracteriza a conduta da guerra.

Quanto à manobra, restringi-la como característica da G3G é um desatado erro. Lind não explica o que o levou a desprezar as manobras de Frederico II, de Napoleão e de todos os bons generais, em todas as épocas, que manobraram com competência mesmo que sem brilhantismo.

Segundo a teoria, na G3G, buscava-se manobrar contra a retaguarda do inimigo, a fim de provocar-lhe o colapso. Esta forma de manobra, envolvimento na terminologia militar, nunca deixou de ser praticada ao longo da história. Como, por exemplo, em 1805, quando Napoleão, ao realizar a concentração estratégica do seu exército, simultaneamente, envolveu completamente o exército austríaco em Ulm, o qual, impotente, rendeu-se sem combater. E por que não destacar a Marcha de Flanco e a Travessia do Chaco de Caxias como excelentes exemplos de envolvimento ou de manobra contra a retaguarda?

Lind destaca também a defesa móvel como característica da G3G: “a defesa, em profundidade, frequentemente incitava à penetração, o que colocava o inimigo vulnerável a contra-ataques”³⁹. Também nesse caso, nada específico da citada G3G. Há até um exemplo lendário disso, na estória romana da luta dos irmãos Horácios contra os Curiácios. Na famosa batalha de Canas, Aníbal massacróu o exército romano em uma implacável defesa móvel. E em 1812, em manobra de muito maior envergadura, o exército russo aceitou a penetração de Napoleão na Rússia, transformando em terra arrasada o território cedido, até que as enormes distâncias e o inverno tornassem o grande curso vulnerável ao contra-ataque. Caracterizar a G3G por estas formas de manobra é uma imprecisão histórica.

Dar destaque à G3G por ela ter sido motivada

por ideias também não é muito apropriado. Embora não se negue as ideias por trás da blitzkrieg, esta não seria possível sem o aprimoramento das tecnologias dos carros de combate, dos aviões e do rádio, idealizadas, aliás, por não germânicos. Lind, porém, despreza inteiramente, entre outras, uma modificação puramente ideológica da G1G, sem nenhum concurso da tecnologia: a mobilização nacional e o recrutamento em massa, frutos das transformações sociais da Revolução Francesa, que produziram os exércitos e as guerras nacionais, de enorme impacto nos conflitos posteriores.

A manobra de infiltração dos batalhões de assalto alemães, precursora da G3G, é destacada como superior ao fogo emassado e cronometrado e ao avanço metódico da infantaria francesa, desdenhosamente vinculados à G2G. Lind, porém, não leva em conta que “os franceses e os alemães chegaram independentemente e ao mesmo tempo a duas soluções diferentes para o mesmo problema. Não há relacionamento de geração válido entre as duas”⁴⁰.

Deve-se ainda reconhecer que, nas guerras convencionais entre exércitos regulares, continua-se a lutar em linhas e colunas. O que é um limite lateral, senão uma medida de coordenação entre tropas que combatem lado-a-lado, ou seja, em linha? A única diferença é a ordem, que é dispersa em vez de cerrada. E uma ação ofensiva realizada em dois escalões não seria uma forma de coluna? Não há como não responder afirmativamente a estas perguntas. A não linearidade nas guerras regulares, pelo menos no nível tático, ainda não existe. É verdade que as linhas ondulam, se estendem ou encolhem, são desbordadas ou envolvidas e eventualmente se rompem.

Mas isso, sempre se deu. Não é típico de nenhum período específico.

Para finalizar este item, convém salientar que fenômenos que divergem em suas particularidades, mas assemelham-se no que lhes é essencial, não podem ser fenômenos de naturezas distintas. Schuurman adverte que “os pensadores da TG4G têm a tendência de confundir as variações externamente visíveis da guerra com transformações fundamentais de sua natureza”.

Não há gerações, o que há é a manifestação da natureza subjetiva da guerra.

5. CRÍTICA À QUARTA GERAÇÃO

Lind escreveu em seu artigo de 2004: “lendo-se a Diretriz de Planejamento para a Transformação (Transformation Planning Guidance) expedida pelo Departamento de Defesa, não se encontra nada sobre a G4G”. Esta constatação induz à pergunta: se as Forças Armadas dos EUA, para as quais a teoria foi dirigida, não acatarem a G4G, por que deveríamos fazê-lo?

É verdade que nem tudo que é bom ou ruim

39. LIND. The Changing Face of War.

40. CURTIS, Vincent J.. The Theory of Fourth Generation Warfare. As próximas alusões a Curtis referem-se a esta mesma obra.

para os EUA, necessariamente será bom ou ruim para nós. No entanto, se, ao contrário dos EUA, acatarmos a G4G, teremos de ter motivos fortes, além de comprovar a coerência e validade dela.

O que esta crítica pretende demonstrar é que, além de não haver tal motivação, as ideias a respeito da G4G são irremediavelmente equivocadas.

Vincent J. Curtis considera “patética” a definição de que a G4G seria provavelmente dispersa, amplamente indefinida e que a distinção entre paz e guerra se embaçaria até o ponto de desaparecer. Para Curtis, o desaparecimento da distinção entre guerra e paz demanda uma explicação, o que o leva a indagar: “Como seria esta condição? O dever do teórico é estabelecer definições e traçar distinções. A conhecida descrição de Lind assemelha-se a um vaso vazio que pode ser preenchido com praticamente tudo, e é”. Exemplificam esta falta de critério, entre muitas outras, as afirmações de que e a desobediência civil praticada por Gandhi na Índia⁴¹ e as migrações, como as de cubanos e haitianos em direção aos EUA,⁴² seriam formas de G4G.

Echevarria, por sua vez, constata que “ao longo de, mais ou menos, uma década e meia de existência da teoria, a G4G reinventou-se várias vezes, tirando vantagem dos últimos desenvolvimentos tecnológicos ou táticos e de qualquer ideia ou teoria que estivesse em voga” e que os propositores da G4G “a partir da especulação sobre o futuro, um exercício produtivo se feito objetivamente, passaram a tentar provar que o haviam previsto”.

Echevarria afirma que não faz sentido categorizar uma guerra como trinitária, já que as tendências descritas por Clausewitz – violência, acaso e propósito racional – estão presentes em todas as guerras e não apenas nas guerras entre estados. O que ele quer dizer é que falar de guerra trinitária é como falar de cachorro canino. O termo trinitário não serve, portanto, como discriminador para as guerras. E como inexistente cachorro não canino, não há guerra não trinitária.

Ainda segundo Echevarria, a própria ideia de evolução da guerra por meio de gerações é “arbitrária e indefensável” e implica, necessariamente, que cada geração evolua diretamente de sua antecessora e que finalmente a substitua. Ele pondera que “mesmo que fosse válido retratar as principais mudanças na guerra como uma evolucionária progressão da G1G à G3G, o próximo passo lógico nesta progressão não seria algum tipo de superinsurgência”, afirmação que encontra eco em Vincent J. Curtis: “não se pode dizer que a guerra de manobra gerou a guerra de guerrilha ou o terrorismo”.

Como Robert Asprey demonstra, a guerrilha como forma de guerra data da Antiguidade e, portanto, antecede as supostas gerações. Como se vê, a G4G desautoriza a própria teoria que lhe dá o nome.

Echevarria, ainda mais uma vez, contesta Lind e seus seguidores por escamotear os fatos ao comparar

coisas distintas e incomparáveis em sua teoria. As três primeiras gerações referem-se essencialmente a meios e técnicas militares – massa humana, poder de fogo e manobra – descritos em claro contexto de guerra regular; ao passo que a G4G caracteriza-se por uma forma de guerra – a guerra irregular ou guerrilha, na qual aqueles meios e técnicas têm aplicação muito diferenciada.

Ainda segundo Echevarria, os proponentes da TG4G querem que se conclua que a maior parte das guerras modernas envolveu apenas o poder militar e, contrariamente às insurgências da era da informação, raramente envolveu a integração dos poderes político, econômico e social. Uma visão mais apropriada da história demonstra a falsidade desta suposição. Toda guerra é politicamente motivada, e a economia sempre esteve imbricada com a guerra, quer como suporte das ações, quer como objetivo para debilitar o inimigo. O bloqueio continental de Napoleão, o bloqueio naval ao Sul na Guerra da Secessão e a guerra de corso são exemplos indiscutíveis do fator econômico na guerra. Ao passo que a espontânea rebelião do povo espanhol contra a dominação francesa, bem como a conscrição, a mobilização nacional no esforço de guerra e as ações psicológicas e de propaganda demonstram o envolvimento e a importância da expressão social.

Até aqui, as críticas apresentadas, todas importantes para desvelar as inconsistências da TG4G, referem-se a questões de cunho mais acadêmico, como inconformidades históricas e falta de fundamentação e de lógica. A partir daqui, com enfoque mais pragmático, passar-se-á à crítica da implicação da G4G como proposta doutrinária, capaz de afetar direta e perniciosamente o modo como o Exército vê e se prepara para os conflitos em que eventualmente venha a se envolver.

Serão analisadas principalmente as ideias veiculadas no “manual” da G4G, de autoria de Lind e seus seguidores. O texto dirige-se diretamente ao Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, mas em sua página de abertura, estranhamente, alude a um suposto Corpo de Fuzileiros Navais do Império Austro-Húngaro. Capciosamente, porém, lhe é dada a designação oficial dos manuais dos marines norte-americanos: FMFM (Fleet Marine Field Manual).

Lind, dando mostra de pouco rigor intelectual, baseou-se apenas em suas opiniões, a maioria sem fundamentação adequada. Algumas são relevantes e úteis, mas, não constituem, de modo nenhum, novidades. O fato de suas opiniões não terem sido submetidas a qualquer experimentação prática que as validasse, faz sua proposta doutrinária soar inconsequente ou, por outro lado, irresponsável, considerando o fato de seu país encontrar-se seriamente envolvido em duas guerras.

As ideias propaladas no texto partem de um princípio consagrado de contraguerrilha, a necessidade de

41. LIND. FMFM 1A, p. 44

42. LIND. Understanding Fourth Generation War

43. LIND. FMFM 1A, p. 7

se obter o apoio da população. Algumas são pertinentes e interessantes, embora não apresentem novidade, como já dito. O problema é que, a partir destas ideias corretas, Lind especula sobre como ele imagina que seria o emprego eficaz delas na G4G e, sem apresentar fundamentação adequada, dá o caráter de certeza a tais especulações.

No “manual”, um caso hipotético apresenta a maneira considerada adequada de enfrentar a G4G, tendo a guerra no Iraque como pano de fundo. Neste caso, criado sob medida, todas as opiniões de Lind a respeito deste assunto são justificadas. É evidente que tal método de justificar ideias é insatisfatório e não convincente.

O “manual” inicia-se com uma constatação supostamente inovadora e específica da G4G: “o fato de a raiz da G4G ser um fenômeno político, social e moral, o declínio do Estado, significa que não pode haver solução puramente militar para ela”⁴⁴. Esta é uma verdade salientada por todos que, desde os fins do século XIX, civis ou militares, pensaram seriamente em como enfrentar uma guerra irregular ou insurgência. Entre outros que comungaram desta ideia, o General Lyautey, diante das insurreições no Marrocos francês no início do século XX, estava convencido da impossibilidade de controlar o país apenas pela força: “o método racional, o único, o apropriado [...] é a constante interação da força com a política”⁴⁴. Já o coronel Roger Trinquier, veterano da guerra da Indochina e escrevendo sobre a guerra em desenvolvimento na Argélia, caracterizou a guerra moderna como um conjunto de ações de todas as naturezas e advertiu que “as forças armadas clássicas não representam mais o papel decisivo como no passado. A vitória não depende mais de uma batalha no terreno”⁴⁵.

Uma ideia principal permeia todo o “manual” – a necessidade de desescalar o conflito, de reduzir unilateralmente a intensidade das ações militares, como forma de se obter o apoio da população.⁴⁶ Não há nada de errado nesta ideia, desde que ela esteja alinhada com o objetivo político a ser perseguido. Lind não reconhece esta necessidade, ou negligencia sua importância. Ele enfatiza frequentemente a necessidade de se adotar ações para a desescalada, mas as exemplifica unicamente no nível tático. Ele não trata da imprescindível necessidade de que elas estejam em sintonia com os níveis superiores de planejamento.

Se desescalar um conflito for compatível com o objetivo político a ser buscado, é de se esperar que os planejadores político-estratégicos adotem, ou

passem a adotar, o que o general Beuffre chamou de estratégia indireta. Nesta, o poder militar é empregado subsidiariamente aos poderes político, econômico e social. Por outro lado, se for julgado necessário atribuir a primazia ao poder militar, está-se diante da estratégia direta, na qual o choque militar é necessário, mesmo que necessite da cooperação subsidiária dos demais poderes. No caso do Iraque, acertada ou erradamente, esta foi a estratégia adotada em razão do objetivo político⁴⁷.

No enfrentamento de uma insurgência, na qual a população está dividida em facções rivais, desescalar unilateralmente as ações militares diante de um inimigo agressivo facilitará as ações violentas deste sobre a parcela oponente da população. Esta, à mercê de seus inimigos, certamente, questionará a segurança fornecida pela força contrainsurgente, o que a fará mais relutante em creditar-lhe seu apoio.

David Galula, também um teórico-militar experimentado na guerra insurrecional na Argélia, atesta que o apoio da população é condicional e que a parcela hostil aos insurgentes não se manifestará até que a ameaça tenha sido afastada de modo razoável. Ele complementa afirmando que “efetiva ação política junto à população deve ser precedida por operações militares e policiais contra as unidades de guerrilha e as organizações políticas da insurgência [...] reformas políticas, sociais e econômicas são inoperantes quando oferecidas enquanto os insurgentes ainda controlam a população”⁴⁸.

Roger Trinquier reforça essa opinião ao defender que a conquista da população se reveste tanto do aspecto militar, a luta contra as forças insurgentes, como do político, a ação direta sobre a população, por meio de ações policiais, psicológicas e sociais. Ao tratar destas últimas, ele alerta que “toda ajuda material beneficiará unicamente a nossos adversários, se a organização que lhes permite o controle e manipulação da população não tiver sido desorganizada antes [...] uma ajuda não controlada e prematura não será de nenhuma utilidade para os habitantes”⁴⁹.

É certo que condições militares podem recomendar a modificação do objetivo político, eventualidade admitida por Clausewitz, e levá-lo, neste caso, a compatibilizar-se com a desescalada. Mas, decidir desescalar o conflito exclusivamente no nível tático, sem considerar as injunções políticas e estratégicas, é um erro descomunal. Desescalar um conflito é opção adequada em certas situações, mas não pode tornar-se regra geral a

44. Citado por Robert Asprey. “War in the Shadows”, p. 156

45. TRINQUIER, Roger. *La Guerre Moderne*. p. 5

46. LIND. FMFM IA, p. 45

47. BEUFFRE, André. *Introdução à Estratégia*.

48. GALULA, David. *Counter-Insurgency Warfare*, p. 58

49. TRINQUIER, Roger. *Op cit*, p. 46

50. LIND. *Understanding Fourth Generation War*

51. LIND. FMFM IA, p. 10

52. *Ibidem*, p. 78

ser seguida, como Lind faz crer.

O raciocínio acima serve também como suporte à crítica da bizarra ideia de que um aspecto-chave para o sucesso na G4G seria a conveniência de “perder para vencer”⁵⁰. O “manual” estabelece que “um sucesso no nível tático pode facilmente ser contraprodutivo nos níveis operacional e, especialmente, no estratégico”⁵¹. Em outro trecho, lê-se que os fuzileiros navais não devem projetar uma imagem de fraqueza. Esta imagem “seria fatal, já que na maioria das outras culturas, as pessoas não se identificam com os fracos”⁵². Contraditoriamente, não há preocupação com a imagem de fraqueza que a força contrainsurgente projetará ao decidir perder. O que supostamente seria ganho em apoio popular, com a redução de baixas civis, seria provavelmente perdido pela imagem de força e de sucesso dos insurgentes e o consequente apelo que isso teria sobre a população, principalmente entre os indecisos.

Perder para vencer é uma afirmação absurda, assemelha-se a adoecer para ter saúde. Esta bizarra ideia apenas ressalta o desconhecimento sobre o necessário e adequado relacionamento entre os níveis de planejamento. Só pode ser compreendida se houver completo desalinhamento entre os níveis político, estratégico, operacional e tático, ou seja, se a condução da guerra for incompetente no mais alto grau. Uma vitória tática, se provocar muitos danos colaterais ou excessivas baixas entre civis, pode apresentar aspectos negativos. Mesmo que sérios, isto, no entanto, não significa que os aspectos positivos da vitória serão anulados. Diante disso, a cadeia de comando pode até julgar conveniente evitar ou interromper um combate nessas circunstâncias, mas decidir perder para vencer é um disparate.

Em outra estranha afirmação, o “manual” pontifica que “talvez a mais importante chave para a desescalada é não querer lutar”⁵³. No seu artigo de 2004, Lind afirma que, durante a ocupação dos Bálcãs na II Guerra Mundial, os italianos foram mais eficazes que os alemães porque não queriam lutar. Como é do seu estilo, ele não fundamenta com dados históricos essa sua afirmação.

De acordo com essa ideia, os marines deveriam adestrar-se para desenvolver um “interruptor mental”, que seria ligado quando fossem lutar guerras convencionais e desligado quando envolvidos em G4G⁵⁴. “Não querer lutar é tão importante para a vitória na G4G, quanto querer lutar era na G3G”⁵⁵. Entenda-se, mais uma vez, que Lind não explica esta afirmação. Ele ignora os efeitos das emoções humanas e quer transformar os fuzileiros navais em robôs que ligam e desligam e que deveriam

submeter-se à assustadora ideia de “sofrer mais baixas do que infligem”⁵⁶. Ele deveria se perguntar: por que, afinal, lutar uma G4G, se o aspecto-chave para a vitória é não querer lutar? Pergunta que remete, mais uma vez, ao necessário alinhamento entre o objetivo político e as ações estratégicas e táticas. Não querer lutar não pode ser um atributo desejável em um soldado, para isso existem as agências civis. Por outro lado, é evidente que o ardor combativo do soldado não pode deixar de ser contido pela disciplina e pelo acatamento das conveniências do planejamento tático e das condições socioeconômicas da população.

Outro aspecto considerado chave para a vitória, a integração das tropas com o público local, exemplifica como uma ideia, em princípio boa, torna-se perigosa ao ser exacerbada. No caso hipotético citado, o comandante de batalhão que personifica todas as virtudes do combatente da G4G diz:

“Não ao Forte Apache. Nós vivemos na cidade. Nós nos alojamos com o povo, pagando-o bem pelos locais que ocupamos. Nós compramos no comércio local, bebemos café nos bares locais. Meu posto de comando situa-se sobre um conjunto de lojas. Nós os protegemos e eles nos protegem. Eles não querem ter suas lojas explodidas. Meu pessoal vive desta maneira por toda a cidade”⁵⁷.

É claro que uma atitude exagerada como essa, diante de um inimigo violento e agressivo, que vê no terror um modo de promover seus objetivos, apenas tornaria a tropa extremamente vulnerável e sob enorme risco físico. O inimigo, provavelmente de facção oposta à que “hospeda” a tropa, teria muito mais capacidade de misturar-se ao povo do que a tropa contrainsurgente e de beneficiar-se desta condição para atacá-la, causar-lhe baixas e dificultar-lhe a missão. A população local vendo a tropa como alvo fácil para os insurgentes e sentindo-se vítima colateral destes ataques, muito provavelmente não gostaria de tê-la vivendo em seu meio.

Outro exemplo de exacerbção prejudicial é dado pela ideia de que na G4G não há necessidade de controlar as ações. “Eu acredito em comando, não em controle”, disse o “exemplar”, mas hipotético, comandante de batalhão⁵⁸. A emissão exclusiva de missões pela finalidade e a concessão de ampla iniciativa no cumprimento delas, sem nenhum controle por parte do comando, é uma receita certa para a desordem e o fracasso. Lind parece desconhecer que a competência, a inteligência, a liderança, a energia, as fraquezas e

53. Ibidem, p. 65

54. Ibidem, p. 65

55. Ibidem, p. 65

56. Ibidem, p. 65

57. Ibidem, p. 31

58. Ibidem, p. 31

59. Ibidem, p. 60

vícios e demais atributos humanos não são igualmente repartidos entre todos. Sem o necessário controle, os menos aquinhoados em virtudes fatalmente se desviarão do rumo desejado, caso não se beneficiem também da liberdade de ação para fins escusos ou menos dignos. Ademais, o controle é essencial para coordenar as ações de elementos subordinados, a fim de gerar a sinergia necessária para atingir o objetivo comum.

Lind inverte uma verdade milenar ao afirmar que, na G4G, os insurgentes são o lado forte e as forças regulares, o fraco. A reconhecida dificuldade de se derrotar uma guerra irregular é interpretada deste modo enviesado.

Esta visão o leva a crer que a insurgência deva ser enfrentada simetricamente, ou seja, a força contrainsurgente deve adotar as mesmas táticas de guerrilha da insurgência, deve superá-la em seu próprio modo de combater⁵⁹. Essa ideia não é nova e embora possa parecer interessante à primeira vista, a experiência histórica recomenda, no mínimo, duvidar de sua praticabilidade.

Lind afirma simploriamente que ninguém se identifica com Golias. Evidentemente, ele compara Golias com as forças regulares e, em consequência, julga que estas devem, contrariamente a suas características, lutar como Davi. Vincent J. Curtis considera que esta opção significaria que

“as modernas forças militares deveriam abrir mão de logística centralizada, sobreviver com recursos locais, improvisar a maioria de suas poderosas armas a partir de materiais obtidos localmente, operar grandemente dispersas por todo o teatro de operações e conduzir atrocidades terroristas contra a população a fim de quebrar a vontade do inimigo de resistir”.

Clausewitz ensina que o uso da força não exclui o concurso da inteligência. Logo, as forças regulares, para serem eficazes, não precisam se desfalar de seu poder, já que podem usá-lo inteligentemente para combater os insurgentes. Golias não precisa representar unicamente a força bruta e, além disso, talvez ele seja um mau fundibulário.

Deixemos David Galula expressar por que uma força regular não deve tentar se comportar como irregular:

“A guerra insurrecional é propícia especificamente para que o lado afligido por fraqueza congênita adquira poder progressivamente enquanto

luta. A contrainsurgência é dotada de congênito poder. Para ela, adotar o modo de luta dos insurgentes, seria como um gigante tentar vestir roupa de anão. Como e contra quem poderia ela usar as táticas inimigas? Apenas ela oferece alvos para as ações de guerrilha. Se operasse como guerrilha, ela teria de contar com o efetivo apoio da população, garantido por sua própria organização política entre as massas. Neste caso, os insurgentes seriam desprovidos disto e conseqüentemente não existiriam e não haveria necessidade de operações de contrainsurgência. Isso não quer dizer que não haja espaço para pequenas ações típicas de comandos. Estas, no entanto, não representam a forma principal de ação da contrainsurgência. [...] Como pode a contrainsurgência, cuja força deriva precisamente de seus meios visíveis, organizar uma força clandestina, exceto em caráter de reforço restrito e secundário? [...] Poderia ela recorrer ao terrorismo também? Isto seria autodestrutivo, já que terrorismo é uma fonte de desordem, que é exatamente o que a contrainsurgência necessita evitar. Se a guerra convencional não funciona, se a guerra irregular não funciona, a conclusão inescapável é que a contrainsurgência tem de aplicar uma guerra apropriada a si mesma, que leve em consideração, não apenas a natureza e as características da guerra irregular, mas também as leis que são peculiares à contrainsurgência e os princípios que delas derivam”⁶⁰.

Roger Trinquier expressa a mesma opinião: “tentar empregar os meios da guerrilha, que nós não possuímos, ou que nós não temos a possibilidade de desenvolver, é nos condenar a negligenciar o emprego daqueles que possuímos e que podem certamente ser eficazes”⁶¹.

Pode-se em consequência indagar: por que então, de acordo com o “manual”, a insurgência deve ser combatida apenas com infantaria leve?⁶² Por que abrir mão do poder de fogo, da blindagem e de outros meios, eficazes no combate e que reduzem baixas amigas, em nome de uma proporcionalidade unilateralmente adotada e de duvidoso benefício?

Como resultado da modificação que a G4G produziria nos três níveis de planejamento, lê-se no “manual” que “uma importante mudança é que, nas três primeiras gerações, a estratégia era a província dos generais; a quarta geração nos trouxe o ‘cabo estratégico’. Especialmente quando filmada, a ação de um simples fuzileiro pode ter consequências estratégicas”⁶³

A noção de cabo estratégico surgiu em 1999, em artigo do general Charles C. Krulak, do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA. Neste artigo, o general

60. Galula, David. Op cit, pag 54/55

61. Trinquier. Op cit pag 52

62. LIND. FMFM IA, p. 58

63. LIND. FMFM IA, p.9

64. KRULAK, Charles C. The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War”. A ideia de Guerra em Três Quarteirões não teve desenvolvimento nos EUA e foi esquecida após a transferência do seu autor para a reserva.

destaca a ação de um cabo comandante de esquadra em uma situação inspirada na intervenção humanitária na Somália em 1992. O general defende a ideia de que, naquilo que ele chamou de Guerra em Três Quarteirões, ações executadas pelos mais baixos escalões poderiam ter impacto estratégico, devido ao entrelaçamento tático e estratégico que ocorreria nessas circunstâncias⁶⁴.

O que o general Krulak deixou de perceber é que o real impacto estratégico na situação por ele descrita não foi a ação do cabo, mas, sim, a decisão dos chefes de guerra locais de atacar as tropas norte-americanas. Com esta ação, eles provocaram a alteração e o agravamento do contexto estratégico, que, de uma consentida ação humanitária, transformou-se em real conflito armado. Por mais complicada e perigosa que fosse a situação enfrentada, a ação do cabo deu-se simplesmente como reação tática a essa escalada da violência, além de estar perfeitamente definida em suas regras de engajamento, descritas pelo próprio general. Em suma, a ação do cabo deu-se no nível tático das pequenas frações, como era de se esperar.

Estratégia é um conceito que vem sendo ampliado ao longo do tempo e que atualmente serve para quase tudo. É importante saber de que estratégia estamos tratando. Se a questão é guerra, trata-se da articulação entre o objetivo político e as operações militares; o nível no qual a conquista, ou não, daquele objetivo é definida. É neste sentido que se deve analisar a credibilidade da ideia de “cabo estratégico”. Um cabo só seria estratégico se sua única e exclusiva ação afetasse diretamente o objetivo político, conquistando-o, perdendo-o ou modificando-o. Os conflitos recentes têm demonstrado que, mesmo com a ação imediata e intensa da mídia junto à opinião pública, tanto amiga como adversa, isso não tem acontecido. O fato de a repercussão midiática de uma ação individual, ou de um grupo de indivíduos, poder provocar muita polêmica e mesmo acarretar mudanças de rotinas ou de processos na condução das operações táticas, não significa que o objetivo político possa ser afetado. Mesmo o grave caso de abusos na prisão de Abu Graib com sua intensa repercussão mundial não foi capaz de modificar o objetivo dos EUA na guerra. Deixemos o cabo em paz, sua mochila já é bastante pesada para ser sobrecarregada com mais esta responsabilidade despropositada. Não há cabo estratégico, assim como não há vereador federal.

Na elaboração de seu “manual”, Lind seguiu as ideias do coronel da Força Aérea norte-americana John Boyd, que sustentava que, particularmente nas operações contraguerrilhas, os níveis clássicos de planejamento seriam complementados paralelamente por outros três – o moral, o mental e o físico.⁶⁵ Não cabe discutir aqui se estes níveis adicionais são necessários, ou se apenas complicam o planejamento. A importância do fator moral, no entanto, é inquestionável, mas convém não esquecer

que ele pode perfeitamente ser considerado por meio da influência que exerce nos níveis tático, operacional e estratégico, como sempre se fez.

Lind fixa-se no nível moral e atribui-lhe prioridade quase absoluta. Mas, o vê apenas do ponto de vista dos efeitos que as operações de contrainsurgência podem causar na população cujo apoio se busca. No seu exclusivismo, ele desconsidera qualquer outro fator e pautou sua “doutrina” na rejeição ou na adoção de tudo que, no ponto de vista dele, possa, respectivamente, repercutir de forma negativa ou positiva na predisposição da população de dar o seu apoio.

Este modo restrito e míope de avaliar a complexidade do contexto geral de uma guerrilha ou insurgência compõe o pano de fundo de todas as falhas da visão de Lind sobre os conflitos atuais.

6. CONCLUSÃO

Há outros aspectos da TG4G que poderiam ainda ser analisados, mas é possível abster-se deste trabalho adicional, uma vez que os principais pontos críticos, responsáveis pelas maiores falhas da teoria, foram abordados.

Estudos a respeito das guerras na atualidade são úteis e necessários. Caso focalizem a análise de suas especificidades, esclarecerão como a natureza subjetiva da guerra se manifesta nas circunstâncias vigentes e constituir-se-ão em importantes construções sobre os alicerces sólidos do pensamento de Clausewitz. Mas, quando pretendem se constituir em novas teorias, que substituam a do grande pensador prussiano, normalmente se transviam e perdem a consistência lógica, histórica e factual.

A guerra continua a apresentar diferentes feições, mas não há gerações. O que há é a manifestação de sua natureza subjetiva, moldada pelos inumeráveis e variáveis contextos políticos, econômicos, militares, sociais e tecnológicos nos quais ela é travada.

Muitos oficiais do Exército têm se inclinado a utilizar irrefletidamente a noção de G4G, em desconexão com a teoria que pretensamente lhe sustenta. Vista desse modo, a G4G não passa de um desnecessário nome novo para uma realidade antiga – o recurso à guerra irregular por parte das insurreições. Esta visão irrefletida é inadequada, por não reconhecer que a noção de G4G só teria relevância se a própria ideia de evolução da guerra em gerações fosse comprovada. No entanto, a divisão da guerra em gerações é uma escolha arbitrária e indefensável⁶⁶. Arbitrária porque, dependendo dos critérios discricionariamente escolhidos por quem a elabora, pode apresentar inúmeras e diferentes soluções. Indefensável porque requereria que cada geração evoluísse de sua antecessora e eventualmente a substituísse, o que

65. LIND. FMFM IA, p. 12

66. Echevarria, op. cit.

não corresponde à realidade, conforme visto. Em virtude disso e das demais inconsistências da teoria, a ideia de G4G revela-se desprovida de qualquer sentido útil.

Esta conclusão poderia resumir-se à constatação de que a TG4G, por sua interpretação histórica equivocada, pelas opiniões infundadas apresentadas como certezas comprovadas e por sua argumentação tendenciosa, deve ser definitivamente esquecida, a fim de não prejudicar o desenvolvimento do pensamento doutrinário do Exército. Concordando com Echevarria, “não precisamos de mais um rótulo, nem do apoio de uma lógica incoerente para obscurecer o que tantos já esclareceram”.

REFERÊNCIAS

- ASPREY, Robert. *War in the Shadows: Guerrilla Warfare in History*. Nova York: William Morrow and Company, 1994
- BASSFORD, Christopher. *Clausewitz and the Nature of War*. Clausewitz Homepage
Disponível em: www.clausewitz.com/readings/Bassford/Cworks/Works.htm#Nature
- BEUFFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Portugal: Publicações Europa- América, 1997
- CURTIS, Vincent J. *The Theory of Fourth Generation Warfare*
Disponível em: www.army.forces.gc.ca/caj/documents/vol_08/iss_4/CAJ_vol8.4_07_e.pdf
- DU PICQ, Ardant. *Estudos Sobre o Combate*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000
- ECHEVARRIA, Antulio. *Fourth Generation War and Other Myths*. Strategic Studies Institute / US Army.
Disponível em: www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub632.pdf
- FULLER, J.F.C. *A Conduta da Guerra*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2002
- HAMMES, Thomas X. *The Evolution of War: the Fourth Generation*
Disponível em: www.zoklet.net/totse/en/politics/us_military/162582.html
- GALULA, David. *Counter-Insurgency Warfare: Theory and Practice*. Nova York, Londres: Frederick A. Praeger, Publisher, 1964. Disponível em: <http://armyrotc.missouri.edu/pdfsdocs/Galula%20David%20%20Counterinsurgency%20Warfar.pdf>
- GRAY, Colin. *How War Changed Since the End of the Cold War? Parameters*, Spring, 2005. Disponível em: www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/Articles/05spring/gray.pdf
- LIND, William et. al. *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*. Marine Corps Gazette, Outubro 1989. Disponível em: www.mca-marines.org/files/The_Changing_Face_of_War_-_Into_the_Fourth_Generation.pdf
- _____ et. al. *Fourth Generation Warfare: Another Look*. Marine Corps Gazette, Dezembro 1994. Disponível em: www.dnipogo.org/fcs/4GW_another_look.htm
- _____ *Understanding Fourth Generation War*. Military Review, Setembro/Outubro 2004
Disponível em: www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf
- _____ et. al. *Fourth Generation War (FMFM IA)*
Disponível em: <http://globalguerrillas.typepad.com/files/4gwmanuals/FMFM-IA%20%20.pdf>
- KRULAK, Charles C. *The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War*. Marine Corps Gazette, Janeiro 1999
Disponível em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm
- SCHUURMAN, Bart. *Clausewitz and the “New Wars” Scholars*. Parameters, Spring 2010,
Disponível em: www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/Articles/2010spring/40-1-2010_schuurman.pdf
- TRINQUIER, Roger. *La Guerre Moderne*. Paris: Economica, 2008

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

MARCELO OLIVEIRA LOPES SERRANO – Coronel RI do Exército Brasileiro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Integrante do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando
e Estado-Maior do Exército (ECEME/IMM)
serrano572@hotmail.com

Recebido para publicação em 16 de maio de 2013.

Aprovado para publicação em 10 de junho de 2013.